

MONOGAMIA: TERMINÁVEL OU INTERMINÁVEL?

Patrícia MAFRA DE AMORIM¹

Luiz Eduardo DE VASCONCELOS MOREIRA²

Resumo: Propõe-se uma análise ensaística sobre a dissolução do padrão hegemônico de monogamia, considerando o recaimento deste discurso nas subjetividades contemporâneas, inclusive dos psicanalistas. Partiremos das contribuições de Karen Horney e Heinz Lichtenstein para demonstrar como pode a psicanálise contribuir para a compreensão de um fenômeno social que se manifesta na clínica como escolha de arranjo amoroso. As noções de identidade e fidelidade ajudam-nos a refletir sobre o que está em jogo nessas escolhas e como os analistas, dadas as características de sua formação e inserção histórica, podem ouvir do mal-estar presente nas modalidades de relacionamento, como o poliamor, o amor livre e a monogamia. Conclui-se considerando a necessidade de uma disposição ao questionamento das identidades desses profissionais, sem perder de vista a dimensão criativa.

Palavras-chave: Monogamia; Poliamor; Identidade; Fidelidade; Metamorfose.

Abstract : An essay analysis is proposed on the dissolution of the hegemonic pattern of monogamy, considering the influence of this discourse on contemporary subjectivities, including that of psychoanalysts. Departing from the contributions of Karen Horney and Heinz Lichtenstein we demonstrate how psychoanalysis can contribute to the understanding of a social phenomenon that manifests itself in the clinic as a choice of love arrangement. The notions of identity and fidelity help us to reflect on what is at stake in these choices and how analysts, given the characteristics of their background and historical insertion, can listen the discontent present in relationship modalities, such as polyamory, free love and monogamy. We conclude considering the need for a disposition to question the identities of these professionals, without losing sight of the creative dimension.

Keywords: Monogamy; Polyamory; Identity; Fidelity; Metamorphosis.

I. APRESENTAÇÃO DA QUESTÃO

Tratar da instituição monogâmica – ou de qualquer outra instituição – sob um viés psicanalítico implica em reconhecer que sua hegemonia não deve se confundir com uma suposta homogeneidade ou ausência de conflitos em sua materialização ou performatividade. Poderíamos dizer que as instituições se tornam objeto da psicanálise na medida em que são os lugares de produção discursiva e, conseqüentemente, de sintomas, cabendo aos e às psicanalistas “elucidar o discurso e as práticas sociais – a fim de problematizar os modos como esses discursos afetam a subjetividade – e escutar o sujeito, elucidando os modos pelos quais é afetado” (Rosa, 2004, online).

¹Psicanalista, doutora em Psicologia Clínica pela USP, coordenadora do Serviço Escola de Psicologia do Centro Universitário Anhanguera de SP – Pirituba. Membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi e do Núcleo Brasileiro de Psicanálise e Psicoterapia Relacional.

² Psicanalista, doutor em Psicologia Clínica pela USP e membro fundador do Instituto Vox de Pesquisa e Formação em Psicanálise.

Sendo assim, pensamos ser interessante interrogar a monogamia não apenas a partir de sua historicidade enquanto forma de organização social, mas especialmente a partir das consequências de sua incidência nos modos de subjetivação contemporâneos. Afinal, para além (ou aquém) de uma organização social, a monogamia e os outros arranjos emergentes buscam organizar a sexualidade socialmente.

A referência a um dos últimos artigos de Freud sobre técnica que fazemos no título deste trabalho, "Análise terminável e interminável", de 1937, orientará nosso questionamento no sentido de aprofundarmos o debate acerca das resistências que emergem frente à variabilidade dos arranjos amorosos que vemos surgir em nossa sociedade. Nesse texto de referência, Freud discutirá quais são os fatores que resistem à mudança no processo analítico, tendo em conta tanto os aspectos constitutivos do paciente, quanto a extensão da análise do próprio analista. Para o autor, de forma simplificada, a análise pode e deve chegar a um fim quando "garantir as melhores condições psicológicas possíveis para as funções do ego" (Freud, 1937, p. 27). No entanto, com seu costumeiro ceticismo, Freud não deixa de considerar os inúmeros obstáculos que se interpõem a essa conclusão, como as origens do adoecimento, as alterações egóicas sofridas pelos pacientes no curso da doença e as limitações do analista e das técnicas de que dispõe para mobilizar as forças em questão. A psicanálise, assim como as artes de educar e de governar, seriam práticas sociais impossíveis, uma vez que as pulsões não podem ser disciplinadas (Freud, 1937).

Assim, buscaremos ao longo das próximas seções demonstrar como – e se – pode a psicanálise contribuir para a compreensão de um fenômeno social que se manifesta na clínica na forma de escolha de arranjo amoroso, considerando o recaimento do discurso monogâmico nas subjetividades contemporâneas, inclusive dos analistas. Afinal, quais são as bases psíquicas que sustentam o discurso monogâmico? Seriam elas eternas e imutáveis?

Nesse sentido, gostaríamos de propor uma análise ensaística psicanalítica sobre o que percebemos hoje como a dissolução do padrão hegemônico de monogamia compulsória, que já vem se desenhando há algumas décadas. Partiremos das contribuições de Karen Horney e Heinz Lichtenstein, psicanalistas alemães da segunda geração, radicados nos EUA em 1932 e 1939, respectivamente. Horney aborda a questão das implicações psíquicas da monogamia como tema central em ao menos quatro artigos (Horney, 1928, 1932, 1934, 1936). Já Lichtenstein (1963) traz importantes contribuições no que se refere à compreensão da constituição da identidade humana numa perspectiva alteritária, o que nos ajudará a considerar a influência da cultura nos processos intra e intersubjetivos.

Portanto, começaremos explicitando quais discursos a monogamia compulsória constitui e reproduz através de suas práticas, buscando compreender como eles afetam as subjetividades e o que produzem a partir desta afetação.

II. INSTITUIÇÃO, IDENTIDADE E MONOGAMIA

Um de nós, tendo apresentado projeto de pesquisa sobre a instituição monogâmica a partir de uma leitura psicanalítica, ouvia a banca fazer alguns questionamentos de ordem prática quando um dos

docentes perguntou, de forma jocosa: você acha que as pessoas que cresceram com babás tenderão à não-monogamia?

Se levarmos essa pergunta a sério, teremos ao menos duas interpretações: a primeira implica em estabelecer uma relação mais ou menos direta entre quantidade de cuidadores e a escolha por múltiplos objetos de amor simultâneos; já num segundo nível de análise, poderíamos nos perguntar sobre a qualidade do afeto que essas crianças receberiam, sendo cuidadas por pessoas num regime de trabalho. Definitivamente não estamos dizendo que babás não poderiam oferecer um cuidado terno e suficientemente bom, mas há de se considerar o que o atravessamento da relação trabalhista do(s) patrão(ões) com a funcionária e deles com a criança causaria na subjetivação da criança.

Em outro trabalho (Amorim & Reis, 2020), tivemos a oportunidade de refletir sobre como a monogamia parece repetir um estado primitivo de relação interpessoal que remete à díade cuidador-bebê, podendo haver nesta situação algo que se implanta transgeracionalmente e que nos leva, enquanto sujeitos em uma sociedade, a reproduzir arranjos amorosos baseados nos preceitos da exclusividade e da adaptabilidade dos afetos às funções sociais que tais arranjos buscam cumprir. A monogamia, enquanto instituição – assim como outras instituições – adquiriria, portanto, a função de tornar mais estáveis e previsíveis as escolhas do sujeito, na medida em que, sendo compulsória, impõe-se enquanto norma a ser seguida compulsivamente e vice-versa, ou seja, sendo seguida compulsivamente, reafirma a norma compulsória, garantindo a continuidade das identidades.

Não é o intuito deste trabalho apresentar de maneira detalhada a teoria lichtensteiniana acerca do desenvolvimento da identidade humana, mas recorreremos a ela para ponderar sobre as influências das relações com os primeiros cuidadores sobre escolhas futuras de relacionamento. Essa teoria nos parece especialmente interessante para a compreensão da repetição compulsiva de certos dispositivos sociais, como a monogamia. Isso porque, em linhas gerais, traz a ideia de que a quase ausência de automatismos instintivos pré-formados no ser humano, em comparação com outros animais, o coloca numa situação existencial muito particular: “[p]or sua adaptabilidade, porém, [o ser humano] está sempre ameaçado de perda ou quebra de sua identidade, perigo desconhecido ao animal em condições naturais” (Lichtenstein, 1963, pág. 184-5).

Noutras palavras, a polimorfia da pulsão, grande função que poderíamos derivar do descolamento entre sexualidade e reprodução humanas, torna virtualmente infinitas as possibilidades de escolha; no entanto, por sermos o “brinquedo sexual” de nossos adultos durante tanto tempo, algo deles se implantaria em nós, enquanto tema de identidade (*identity theme*) que, apesar de imutável, é passível a inúmeras variações (Lichtenstein, 1963). O autor propõe ainda que a constituição e manutenção de uma identidade, erigida a partir deste tema, seria garantida através da compulsão à repetição, introduzindo uma outra perspectiva para esta noção freudiana e para a ideia de pulsão de morte.

A compulsão à repetição é uma manifestação da necessidade de manutenção do “tema da identidade”. A identidade, nos seres humanos, requer uma “ação repetitiva” para proteger o “imutável dentro da mudança” que acredito ser o aspecto fundamental da identidade humana. [...] A manutenção do tema da identidade parece ter prioridade sobre outros

princípios, inclusive o princípio do prazer. Eu acredito que Freud, em *Além do princípio do prazer*, estava consciente de que lidava com problemas de identidade (Lichtenstein, 1963, p. 103, tradução nossa).

Assim, teríamos que a construção de uma identidade começaria antes mesmo do processo de individuação do sujeito durante a infância, momento crítico da constituição psíquica, dadas as inúmeras adaptações que as fases do desenvolvimento psicosexual implicam. O autor argumenta que o universo simbiótico em que se encontram cuidador e bebê não pode ser descrito em termos de sujeito-objeto, que existe uma organização dentro dele, como a organização dos órgãos de um corpo (Lichtenstein, 1963). Este então seria o sentido do narcisismo primário infantil, a manutenção de uma identidade que a mãe reflete para o bebê, através de suas próprias necessidades inconscientes (Holland, 1990).

Levantamos a hipótese que as instituições refletem, em certa medida, essa tentativa de manutenção de uma estabilidade para que possamos reconhecê-las também como internas, na medida em que limitam, por sua normatividade, nossos investimentos libidinais. Não seria nosso arranjo amoroso hegemônico e legalmente compulsório digno de uma análise que considere não apenas as consequências de sua incidência nos modos de subjetivação, mas também o que buscamos com sua reprodução/repetição?

No que concerne às funções sociais, ou seja, ao que nossa organização social eurocentrada e capitalista busca com a instituição da escolha monogâmica de parceiros, parece estar evidente que matrimônio e patrimônio são entidades quase inseparáveis (Engels, 1997[1884]). Etimologicamente, se consideramos que as palavras trazem atributos daquilo que vêm nomear, o prefixo “mater”, que significa “mãe”, indicaria a suposta finalidade de procriação deste tipo de união civil para as mulheres³, enquanto “pater”, de “pai”, apontaria para a ideia de herança, da transmissão de bens de pais para filhos que a noção de propriedade privada pressupõe. Como sugere o professor e consultor jurídico Marcos Catalán (2012):

O casamento – um dos ninhos para o amor verdadeiro –, quando visto a partir de sua historicidade, exsurge como reflexo do aprimoramento bem elaborado de construções pretorianas que visavam a facilitar a sujeição da mulher aos desejos do marido e a garantir – por meio de mais uma ficção – que cada filho dela fosse, também, um filho dele. (p. 635)

Percebe-se que, além de propor uma forma de arranjo amoroso que seria tomada como a mais desejável, a monogamia também desenha uma hierarquia em seu interior. Como Freud (1908) já sinalizou em “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna”, haveria uma dupla moral, diferente para homens e mulheres, uma vez que a liberdade de exploração sexual seria exclusiva aos primeiros.

³O argumento etimológico, mesmo que pareça representacionista, tem desdobramentos bastante concretos, na medida em que orienta, por exemplo, legisladores e juristas. Para uma discussão mais aprofundada deste debate, ver Bimbi (2010).

Assim, teríamos de um lado uma justificativa existencial, individual, se quiserem, para a escolha monogâmica de parceiro, na medida em que a percebemos como uma via facilitada para o acordo sexual entre sujeitos, dada sua normatividade, suposto precipitado da relação primária com os cuidadores. De outro, a função social de garantir a transmissão patrilinear da herança, através do controle da sexualidade, especialmente da sexualidade feminina.

III. FANTASIAS MONOGÂMICAS

A partir dessas considerações, voltamo-nos à análise do que a instituição monogâmica oferece em termos de satisfação libidinal *versus* perda de liberdade de investimento. Adam Phillips (1996) faz uma consideração interessante, que nos parece aproximar - como estamos tentando fazer aqui - monogamia e identidade:

Sentimos que houve uma deturpação cada vez que simplesmente nos confrontamos com uma versão de nós mesmos — uma invenção — com a qual não somos capazes de concordar. Mas na verdade o fato de os outros nos inventarem nos causa medo, em razão da pluralidade de pessoas que de repente parecemos ser. [...] Isso, talvez mais do que qualquer outra coisa, é o que nos atira nos braços de um único parceiro especial. A monogamia é uma forma de reduzirmos ao mínimo as versões de nós mesmos. E, claro, uma forma de nos convencermos de que certas versões são mais verdadeiras do que outras — de que são de fato especiais (Phillips, A., 1996, P. 7, tradução nossa).

Acreditamos que este *insight* trazido pelo psicanalista britânico pode nos indicar um caminho para compreendermos o significado da monogamia, do ponto de vista da economia psíquica. O desconforto que o *estranho* causa em nós, quando os outros nos refletem imagens de nós mesmos nas quais não nos reconhecemos, é fruto da busca compulsiva de reduzir ao mínimo, idealmente, de estabelecer apenas uma única versão de si próprio.

A monogamia, nesse sentido, oferece-nos a possibilidade de estabilidade identitária na medida em que reduz a um único parceiro-espelho o legítimo reflexo de quem somos. Há nessa afirmação uma relação direta com o aspecto quantitativo das vinculações e suas consequências na subjetivação, uma vez que, na medida em que se elege um único objeto de investimento, esperar-se-ia que este objeto oferecesse uma retribuição narcísica à altura do que esta eleição implica em termos de perdas.

Do ponto de vista qualitativo, poderíamos questionar como e quais afetos circulam nessas condições, visando a redução de angústia e o aumento do prazer. Karen Horney, psicanalista da segunda geração reconhecida por pautar temas das lutas feministas sob um viés psicanalítico⁴, sugere que a grande motivação por trás do casamento seria a expectativa de realização das fantasias edípicas (Horney, 1928). Essa relação, portanto, facilitaria a revivescência da situação edípica, com o agravante, no entanto, de ser vivida com outros atores, substitutos da primeira encenação.

⁴ Numa época, inclusive, em que pertencer a esses movimentos sociais era tido pela maioria dos analistas como casos de inveja do pênis mal solucionada.

Desta feita, quaisquer frustrações que o ou a parceira venha a causar facilmente remetem às primeiras frustrações com o(s) objeto(s) de amor. A autora sugere ainda que a demanda por exclusividade sobre a qual a monogamia exsurge teria suas bases na exigência de monopólio sobre o cuidador primário vinda da infância (Horney, 1928).

Este desejo de monopólio, que Horney associa a aspectos orais e anal-sádicos da libido, assumiria a forma de desejos de incorporação e de retenção/posse do objeto de amor (Horney, 1928). Tais desejos justificam-se diante da ansiedade sentida pelo bebê frente à ausência do seio - ou o que quer que o valha - e são os protótipos das experiências de voracidade, inveja e, posteriormente, ciúme (Klein, 1957). Assim, temos que a exigência de exclusividade da monogamia serviria para controlar a ansiedade advinda da ameaça de perda do objeto, ao mesmo tempo em que busca satisfazer os ímpetus vorazes e de controle em relação a ele.

A partir dessas considerações, acreditamos que a instituição monogâmica oferece amparo a esses anseios primitivos, o que é reforçado e de alguma forma garantido por sua compulsoriedade. No entanto, percebe-se que ela o faz a partir de uma crença, ou melhor, de uma fantasia de onipotência, segundo a qual a renúncia a outros relacionamentos funcionaria como gesto mágico que levaria o parceiro a fazer o mesmo (Horney, 1928). Ora, que tenhamos fantasias de completude no encontro com o outro parece quase inevitável, quiçá necessário. Porém, que tais fantasias baseiem-se na ilusão de posse e controle talvez seja um tanto perigoso, podendo, como tantas vezes vemos acontecer, desvirtuarem em possessividade violenta e ideias persecutórias. Sabemos também que, dado nosso contexto sócio-histórico, o alvo dessa violência possui um importantíssimo marcador de gênero.

IV. POLIAMOR E RELAÇÕES LIVRES - ENTRE METAMORFOSE E IDENTIDADE

Assim, temos que a abertura promovida pelo reposicionamento das mulheres em nossa sociedade – precipitado das lutas feministas, associadas às mudanças econômicas e tecnológicas – implica também no questionamento de instituições e repetições tidas como demasiadamente comprometidas com o controle coercivo de seus corpos e subjetividades. Consequentemente, vemos profundas transformações nas relações afetivas e nas modalidades de arranjos que buscam organizá-las, numa tentativa de inventar novas ficções não tão opressivas.

Segundo Barbosa (2015), o surgimento de movimentos sociais organizados em torno da sexualidade nos países ocidentais é uma marca da década de 1960, organização que sofre um forte abalo com o aparecimento da AIDS na década de 1980, quando campanhas preventivas apelam à monogamia e ao medo da morte como forma de controle do vírus. Diante do aumento do estigma sobre as pessoas com comportamentos não-convencionais, classificadas como “grupo de risco”, há um recrudescimento das lutas por uma política sexual mais equitativa. Este seria o caso do movimento Poliamor, surgido nesta mesma década, nos EUA (Barbosa, 2015).

Nesta seção, examinaremos quais são as novas possibilidades de arranjos amorosos e suas possíveis implicações em termos de subjetivação e identidade. A opção pelas duas formas de organização que constam no título desta seção, poliamor e relações livres, se dá pela compreensão de que elas, em especial, colocam-se como alternativas, por vezes mais desejáveis, à monogamia.

Estudiosos desses movimentos são consensuais ao afirmar que existem vários tipos de relações poliamorosas, assim como definições para o termo “poliamor”, indicando “a difícil conciliação entre a valorização das singularidades e a busca por unidade” (Pilão, 2012, p. 23). Poderíamos dizer, no entanto, que todas elas têm em sua base a compreensão de que a monogamia compulsória deve ser combatida, assim como o ciúme possessivo deve ser substituído pelo sentimento de “compersão”⁵.

Elas divergiriam, no entanto, quanto às exigências ou posicionamentos em relação à polifidelidade e à conjugalidade, na medida em que há vertentes poliamoristas que acreditam ser necessário o estabelecimento de hierarquias entre as relações e autorização ou consentimento explícito do(a) parceiro(a) a cada novo envolvimento afetivo (Barbosa, 2015). Na relação ou amor livre, tais exigências são descartadas em favor da afirmação da autonomia dos sujeitos para a livre escolha da combinação de relacionamentos estáveis e casuais, simultaneamente.

Mesmo assim, o que as pesquisas indicam é que:

A passagem da monogamia para o Poliamor não tem rituais precisos, não sendo abandonada a identidade monogâmica por completo. Há, portanto, uma espécie de “Eu” monogâmico residual a ser combatido permanentemente, em especial, associado aos ciúmes. O Poliamor representa nesse sentido mais um ideal do que uma identidade, ou ainda, uma identidade a ser alcançada, estando cada sujeito em um estágio desse processo evolutivo. Os problemas dos relacionamentos poliamoristas são, em geral, apontados como causados pela manutenção de comportamentos e sentimentos “monogâmicos” (Pilão, 2012, p. 41).

A passagem acima estaria de acordo com nossa suposição de que a monogamia possui uma dimensão identitária compulsiva que não pode ser facilmente abandonada, mas que tampouco é natural ou imutável. Há, no entanto, também a dimensão paradoxal, difícil de ser superada, explicitada nas divergências internas dos movimentos poliamoristas, que implica na deseabilidade de instituir-se uma “identidade poliamorista”, na medida em que isso significaria a perda da liberdade de amar de diferentes formas.

Vemos nesse paradoxo tanto aquilo que Lichtenstein chamou de dilema da identidade quanto expressões da crítica ao identitarismo que recai sobre os movimentos sociais. Da mesma forma, poderíamos questionar: como impulsos poliamoristas podem surgir em uma sociedade onde a monogamia é compulsória e compulsiva? Ou como qualquer mudança histórica, seja ela em termos econômicos ou culturais, poderia acontecer se nossas identidades fossem estabelecidas de maneira irrevogável desde a infância?

O próprio Lichtenstein (1963) nos oferece uma explicação em sua teoria sobre o tema de identidade. Segundo o autor, a emergência de padrões culturais e sociais só é possível porque o ser humano deve definir sua própria identidade, uma vez que não possui os automatismos inatos a que

⁵ Tradução do neologismo de língua inglesa, *compersion*, cuja origem atribui-se à comunidade poliamorista Kerista, de São Francisco (EUA), que teve início na década de 1970, para designar “A emoção positiva que surge ao ver os parceiros se divertindo juntos, a antítese do ciúme”. Disponível em: <https://kerista.com/kerdocs/glossary.html>

outros animais podem recorrer para estabelecê-la. Isso acontece porque nós somos capazes de, antes de recorrer ao caminho que oferece menor resistência, escolher aquele que nos parece mais vantajoso (Lichtenstein, 1961). Essa escolha, por sua vez é determinada pela implantação de um tema de identidade – o qual corresponde aos usos que a criança pode assumir para o ambiente (cuidador), o que só seria compreensível a partir da característica humana de responder somaticamente à “intenção sedutora de outra pessoa” (Lichtenstein, 1961, p. 250).

O psicanalista alemão tenta, assim, superar a lógica binária e reduzir a distância, que considera artificial, entre as abordagens genéticas ou biológicas e as culturalistas, que buscam explicar a relação da identidade individual com a sociedade. Uma das diferenças irreconciliáveis entre tais abordagens é a forma de responderem ao conceito de pulsão de morte, estabelecido por Freud em *Além do princípio do prazer* (1920).

A partir desta visão complementar entre indivíduo e cultura, sujeito e objeto, o autor irá propor que o que está para além do princípio do prazer e que é, inclusive, anterior a este e condição para que opere⁶, é o princípio de identidade. Longe de igualá-lo às funções egóicas, Lichtenstein sugere que este princípio arcaico, que visa a continuidade em meio a um mundo que está constantemente em transformação, funciona como a base biológica adaptativa, a partir da qual seria possível derivar a emergência evolutiva da mente humana (Lichtenstein, 1961). O próprio princípio da homeostase estaria subordinado a esta base biológica, na medida em que entraria em ação apenas enquanto fosse compatível com o princípio de identidade.

Torna-se evidente, portanto, que a compulsão à repetição – a qual Freud havia atribuído à pulsão de morte, ou seja, um impulso também biológico que tende ao inanimado, à descarga de toda e qualquer energia do psiquismo – seria uma forma de manter a identidade do organismo, fazendo-o regredir a estágios passados do desenvolvimento. Isto aconteceria diante de situações que ameaçam sua identidade, em momentos que o autor nomeou de *metamorfoses* (Lichtenstein, 1961).

Poderíamos pensar que mudanças como a que estamos presenciando no âmbito dos arranjos amorosos seriam um desses momentos, em que, na busca de um horizonte mais amplo de formas de existir e amar, a ideologia e a instituição monogâmica apresentam-se para os poliamoristas “na melhor das hipóteses, como existindo num estado de alienação da condição humana ideal e, na pior das hipóteses, como desafio intencional e malévolo à sua identidade ideal: o desafiante deve ser destruído e ‘enterrado’ pelo discípulos da nova ideologia” (Lichtenstein, 1963, p. 201). Ambas as situações parecem estar presentes nos movimentos de poliamor e de relações livres, mas há ainda uma terceira: a tolerância às diferentes modalidades (Pilão, 2012).

Cabe-nos, então, refletir sobre o que essas mudanças implicam para a escuta e a formação em psicanálise, uma vez que se colocam como variações do mal-estar na cultura, ao mesmo tempo em que emergem como novas formas de obtenção de prazer.

V. PSICANÁLISE E FIDELIDADE

⁶ Isso porque considera que o princípio do prazer só pode existir em seres vivos e para que a vida exista enquanto tal é necessária uma continuidade na ordenação do indivíduo.

Ao abordar o tema da monogamia e da não-monogamia a partir da psicanálise, pode soar excêntrico propor uma breve retomada da história do movimento psicanalítico (e, por tabela, de suas instituições). No entanto, essa breve retomada serve para ilustrar como a noção de fidelidade é central para as instituições psicanalíticas. Como as instituições constituem parte inalienável da formação dos e das analistas, parece razoável supor que os ideais que nelas circulam, velada ou explicitamente, comparecerão na escuta dos e das analistas - Jacques Lacan já anunciava isto em seu texto "Situação da psicanálise e formação do analista em 1956", por exemplo, a partir da crítica da análise didática como dispositivo de formação de analistas (Lacan, 1956).

A história da institucionalização da psicanálise⁷ é a história de como um grupo que se reunia informalmente na casa do próprio Freud, o grupo das quartas-feiras, dará lugar a um organismo burocrático responsável por organizar internacionalmente as diferentes sociedades psicanalíticas locais e nacionais, garantindo um standard de formação e atuação do psicanalista - e, não menos importante, a *fidelidade* a esse standard, a evitação de desvios na formação e na doutrina psicanalíticas.

Desde seu início, o movimento psicanalítico (e, em seu início, esse movimento era composto por não mais do que algumas sociedades psicanalíticas) precisou se haver com acusações de charlatanismo, em função da atuação como psicanalistas de não médicos - Otto Rank, por exemplo. Já aí temos presente a necessidade de caracterizar a psicanálise como um ramo do saber com teoria e formação próprias, que não poderiam ser confundidas com a da medicina, por exemplo. Como consequência, tem-se que a formação em psicanálise passará a ser monopólio dos próprios analistas, no bojo do movimento psicanalítico. Como foi acontecer em situações desse tipo, muito rapidamente a questão se torna "a formação da psicanálise verdadeira": basta um dissidente para que essa questão se imponha.

Relembremos, então, como Carl Gustav Jung e Alfred Adler foram excluídos do movimento psicanalítico em função do que foi considerado por Freud como um desvio, uma infidelidade teórica aos preceitos psicanalíticos tal como Freud os preconizava. Este artigo não é a ocasião para retomar a justeza de tais expulsões e as discussões teóricas subjacentes a elas, mas essa lembrança serve como ilustração do modo como a autoridade de Freud como definidor de quem é ou não psicanalista (cf. Freud, 1914, "A história do movimento psicanalítico"), problemática em si mesma, rapidamente se transforma em fidelidade - não só teórica, mas também institucional, como o episódio da formação do chamado "Comitê Secreto" composto por Jones, Ferenczi, Rank, Fenichel, Eitington e Sachs, como instância para-institucional encarregada de garantir a fidelidade à doutrina de Freud.

Essa organização institucional do movimento psicanalítico em uma burocracia encontra sua contraface na formação dos analistas. Se, como dissemos, a formação em psicanálise deveria ser distinguida daquela em medicina, parece óbvio que os próprios analistas seriam aqueles que a garantiriam. Os primeiros analistas, por sua vez, teriam sua formação garantida pelo simples fato de terem sido analisados por... Freud, já que de início não havia nem sociedade nem programa de estudos organizados para a garantia da formação psicanalítica. Notemos, de passagem, como um dispositivo terapêutico é tomado como um dispositivo de formação e, nesse sentido, como signo

⁷ Uma análise aprofundada deste tema pode ser encontrada em Kupperman (2020).

de garantia, sem maiores problematizações dos efeitos transferenciais. A fidelidade à Freud é garantida, assim, por uma análise que, numa verdadeira árvore genealógica da psicanálise, remonta a Freud ele mesmo, direta ou indiretamente.

A análise didática é o dispositivo onde a ilusão de fidelidade à causa psicanalítica pôde ter lugar transferencial. Os problemas que tal dispositivo encontra não são estranhos aos psicanalistas, no entanto, a ideia de que se fala aquilo que o analista que garantirá o lugar do futuro analista quer ouvir, em detrimento da regra da associação livre, ilustra bem o impasse. Sabemos como as noções de genitalidade e de neurose terem sido tomadas como ideal de normalidade teve relação com a proscrição, mais ou menos implícita, de analistas psicóticos e homossexuais⁸, além dos efeitos nocivos de interpretações normalizadoras⁹. Não é de se estranhar, assim, que a comunidade analítica, formada a partir do ideal de fidelidade, encontre impasses ao escutar aqueles e aquelas que, em nosso consultório, falam sobre monogamia e não-monogamia.

VI. QUE TIPO DE FIM BUSCA A PSICANÁLISE?

A partir da obra *Análise com fim e análise sem fim*, Freud (1937/1989d) reverte sua teoria e passa a considerar a feminilidade como o ponto de partida para a elaboração psíquica tanto do masculino quanto do feminino. Conforme essa nova teoria, a feminilidade, entendida como terreno da angústia e mesmo do horror, seria o solo por meio do qual cada pessoa teria que se haver para elaborar seu psiquismo a partir da lógica do falo. Porém, podemos entender que apesar dessa mudança ainda permanece em cena a lógica do binarismo, ainda que sem a primazia do fálico como fundante e da diferença sexual apoiada exclusivamente no corpo masculino.

Supomos que com as novas condições da mulher, forjadas pelo movimento feminista desde os anos 1960 e 1970 – em que as mulheres saíram definitivamente do espartilho da maternidade e buscaram novas formas sociais de ser além da restrita condição materna –, o segundo discurso freudiano sobre a feminilidade é mais adequado aos novos ares do tempo. Podemos dizer ainda que o discurso freudiano, na sua segunda versão teórica sobre a relação entre os gêneros, foi um prenúncio do esgotamento ético, político e teórico do paradigma moderno, assim como uma formulação incisiva em direção de outra leitura pós-moderna sobre a relação entre os gêneros. Enfim, essa reviravolta teórica apenas se deu quando Freud foi tomado inteiramente pela perplexidade diante da formulação: o que querem as mulheres, afinal das contas?

Acreditamos que tal perplexidade deva ser fruto não apenas das mudanças sociais que Freud testemunhou, mas talvez principalmente por ter se deparado com a descontinuidade de certos lugares identitários que compunham sua própria compreensão de si mesmo. No entanto, Freud nem sempre foi capaz de dar os devidos remédios às insuficiências que a teoria revelava diante da prática.

⁸ Para uma análise mais aprofundada, ver Bulamah, L.C. (2014).

⁹ Lattanzio, F. F., & Ribeiro, P. de C. (2017).

Ainda neste texto de 1937, Freud cita Ferenczi – tanto no papel de interlocutor, ao discutir suas contribuições com o artigo “O problema do fim da análise” (Ferenczi, 1927), quanto no de paciente, apesar de não o revelar nominalmente nesta última condição, relata o caso de um

homem que fora analisado [e] tornou-se antagonista do analista e censurou-o por ter falhado em lhe proporcionar uma análise completa. O analista, dizia ele, devia ter sabido e levado em consideração o fato de uma relação transferencial nunca poder ser puramente positiva; deveria ter concedido atenção à possibilidade de uma transferência negativa. O analista defendeu-se dizendo que, à época da análise, não havia sinal de transferência negativa. (Freud, 1937, p. 253).

Entrevê-se uma divergência entre propensões e perspectivas éticas para o futuro da psicanálise nos posicionamentos dos autores que podem nos auxiliar a refletir sobre nossa prática clínica e sua construção. No texto de Ferenczi citado por Freud, o autor húngaro é categórico ao afirmar que a análise pode chegar a um fim “natural”, desde que o analista tenha “os conhecimentos e a paciência suficientes” (1927, p. 23). Por mais simples que pareça a proposta, ele também destaca que sabia de poucas análises que de fato poderiam ser consideradas como finalizadas. Nem a dele próprio, provavelmente. É também neste texto que o *enfant terrible* sugere que a análise didática não deve ser diferente de qualquer outra análise¹⁰.

Ferenczi é de fato uma figura notável na história da psicanálise, como o são tantos e tantas outras. Mas havendo ele ocupado posições dúbias e às vezes contraditórias na relação com Freud e o “movimento” - ora parte do “comitê secreto”, ora crítico e experimentador contumaz - ele certamente provoca a reflexão sobre o valor e as consequências da fidelidade a certos ideais, ao mesmo tempo em que nos convida, analistas, a questioná-los continuamente, sem, contudo, duvidar do horizonte de liberdade que a psicanálise pode ajudar a construir com suas inúmeras metamorfoses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMORIM, P. M.; REIS, D. B. «Monogamia e identidade: considerações psicanalíticas» *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 23, n. 2, 2020, p. 35–43.
- BARBOSA, M. «Poliamor e relações livres: do amor à militância contra a monogamia compulsória». *Multifoco*, Rio de Janeiro, 2015.
- BIMBI, B. «Em torno da palavra matrimônio» *Revista Escrita*. PUC – Rio, n. 11, 2010, pp. 1-20.
- BULAMAH, L.C. «História de uma regra não escrita: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico». Dissertação. Mestrado em Psicologia Clínica. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CATALÁN, M. «Um ensaio sobre a multiparentalidade: prospectando, no ontem, pegadas que levarão ao amanhã» *Revista Facultad de Derecho y Ciencias Políticas*, Vol. 42(No. 117), 2012, p. 621 – 649.
- ENGELS, F. «*A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884) ». São Paulo: Escala, 1997.

¹⁰ O que será bem ao gosto dos lacanianos.

- FERENCZI, S. (1927) «O problema do fim da análise». *Obras completas Vol. IV*. São Paulo, Martins Fontes, 2011.
- FREUD, S. (1908) «Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna» *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1914) «História do movimento psicanalítico» *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREUD, S. (1920) «Além do princípio do prazer» *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. (1937) «Análise terminável e interminável» *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- ROSA, M. D. «A psicanálise e as instituições: um enlace ético-político» *5º Colóquio do LEPSI IP/FE-USP*, 2004, [cited 10 July 2023]. Available from: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032004000100045&lng=en&nrm=iso
- HOLLAND, N. H. «Obituary Heinz Lichtenstein (1904-1990)» *Int. J. Psycho-Anal*, v. 71, 1990, p. 527-529.
- HORNEY, K. (1928). «O ideal monogâmico» *Psicologia Feminina*. Trad. Talita Rodrigues. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, p. 81 – 96.
- HORNEY, K. (1932). «Os problemas no casamento» *Psicologia Feminina*. Trad. Talita Rodrigues. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, p.117 – 129.
- HORNEY, K. (1934). «A supervalorização do amor – estudo de um tipo comum atualmente» *Psicologia Feminina*. Trad. Talita Rodrigues. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp.181 – 210, 1991.
- HORNEY, K. (1936). «A necessidade neurótica de amor» *Psicologia Feminina*. Trad. Talita Rodrigues. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, p. 243 – 256.
- KLEIN, M. (1957). «*Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)*» Trad. Elias da Rocha e Liana Chaves. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- KUPERMANN, D. «*Transferências cruzadas: uma história da psicanálise e suas instituições*». Zagodoni, São Paulo, 2020.
- LACAN, J. (1956). «A formação do analista e a situação da psicanálise em 1956» J. Lacan, *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LATTANZIO, F. F., & RIBEIRO, P. de C. «Transexualidade, psicose e feminilidade originária: entre psicanálise e teoria feminista» *Psicologia USP*, 28(1), 2017, p.72–82.
- LICHTENSTEIN, H. (1963) «The Dilemma of Human Identity - Notes on Self· Transformation, Self-Objectivation, and Metamorphosis» *Journal of the Amer. Psychoanalytic Association*, v. 11. Book Section., Buffalo, NY, 1977, p. 173-223.
- LICHTENSTEIN, H. «Identity and Sexuality—A Study of their Interrelationship in *Man*. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 9:179-260, 1961.
- PILÃO, A.C. «*Poliamor: um estudo sobre conjugalidade, identidade e gênero*» Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.